

Concessão da Saesa é tema de debate em audiência pública

UNIVERSALIZASP EM SÃO CAETANO

Concessão da Saesa é tema de debate em audiência pública

Iniciativa é vista como 'privatização disfarçada'; Estado diz que modelo não extingue autarquia

TATIANE PAMBOUKIAN
tatiangepamboukian@dgabc.com.br

São Caetano recebeu, nesta segunda-feira (11), a primeira audiência pública do UniversalizaSP, no Teatro Santos Dumont, no Centro, e marcou o início do ciclo de escuta da população no Estado. O programa estadual viabiliza investimentos para ampliar e melhorar o acesso ao saneamento básico em 146 cidades por meio de concessões com prazo de 33 anos. No município do Grande ABC, a empresa vencedora do leilão vai administrar a autarquia municipal Saesa (Sistema de Água, Esgoto e Saneamento Ambiental).

A iniciativa provocou questionamentos da população e de agentes políticos de que seria uma "privatização disfarçada". A secretária da Semil (Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística), Natália Resende, explicou que o sistema de contrato da concessão de longo pra-

zo se difere por não extinguir a autarquia nem promover a alienação das ações.

O UniversalizaSP é conduzido pela Semil e SPI (Secretaria de Parceria em Investimentos). O Estado está à frente da operação que interfere nas gestões dos municípios para oferecer apoio técnico e financeiro. "Não estamos extinguindo nem privatizando nada, até porque são estruturas municipais. São licitações que nos permitem um longo prazo para poder amortizar os investimentos e trazer mais eficiência na melhoria da infraestrutura", justificou Natália.

A empresa que vai operar em São Caetano, que já atingiu a universalização do serviço, vai investir na modernização das estruturas. Entre as melhorias está a renovação de aproximadamente 300 km da rede de tubulação. O aporte previsto até 2033 pode chegar a R\$ 119,1 milhões. Ao longo do período contratual, que termina em 2060, os valo-



SECRETÁRIA. Natália Resende

res devem totalizar R\$ 412,6 milhões.

"O subsídio do governo entra para compor o fluxo de caixa e manter a tarifa. Vamos entrar com dinheiro para proteger as pessoas com relação à tarifa, e São Caetano não precisa pegar financiamento para realizar estes investimentos. Colocamos uma regulação robusta que, para mim, é a melhor que temos no mundo. Nos baseamos no que deu certo e errado em vários países", afirmou a secretária, que não especificou os valores dos subsídios.

O coordenador do Ondas (Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento), Amauri Pollachi, avaliou

que, apesar de tecnicamente ser uma concessão, na prática trata-se de uma privatização da gestão da prestação de serviços no município.

"Creio que se trata de eufemismo, de querer fugir da palavra que é vista pela população como sinônimo de deterioração da qualidade e de aumento das tarifas. Com a Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) falaram que se tratava de uma desestatização, mas foi uma privatização. É um monopólio do total do Estado operando os serviços de saneamento dos municípios, algo preocupante, pois já temos uma fiscalização bastante frágil dos órgãos regulatórios", alegou o especialista, que atuou na Sabesp por 31 anos.

A próxima audiência pública será realizada nesta terça-feira (12), às 10h, em Americana. As demais reuniões serão neste mês, em São Carlos (25) e em Junqueirópolis (26). A última aconteceu de forma virtual no dia 27. No segundo semestre, estão previstas a publicação do edital e o leilão. As obras devem iniciar em 2027, de acordo com planejamento inicial publicado nos estudos disponíveis para consulta pública no site da SPI.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Diário 68 anos/Setecidades Pagina: 3